

# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP.

Ementa: Encaminha ao Executivo municipal o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços prestados pelo serviço único de saúde (sus) às vítimas violência doméstica e familiar no Município de São João da Boa Vista e da outras providências.

## REQUERIMENTO Nº 685/2021

REQUEIRO à Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora Maria Teresinha de Jesus Pedroza, Prefeita Municipal, encaminhando ao Executivo municipal o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços prestados pelo serviço único de saúde (sus) às vítimas violência doméstica e familiar no Município de São João da Boa Vista e da outras providências, com o seguinte teor:

## ANTEPROJETO DE LEI Nº

“Encaminha ao Executivo municipal o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços prestados pelo serviço único de saúde (sus) às vítimas violência doméstica e familiar no Município de São João da Boa Vista e da outras providências.”

**A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:**

Art. 1º- Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial à mulher fica obrigado a ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços

ORÇIE - SE  
28/06/2021  
Presidente

# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar.

§º1- Os recursos arrecadados serão recolhidos ao Fundo Municipal de Saúde, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 13.871, de 17 de setembro de 2.019, que alterou a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha).

§º2- Na ausência do Fundo Municipal a que alude o §1º, os valores arrecadados serão destinados a programas de apoio a vítimas da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 2º- O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICATIVA:-.**

A violência doméstica e familiar é um dos grandes males da sociedade moderna, que assola muitos lares e famílias brasileiras. Muitos são os casos em que as vítimas precisam de atendimento médico ou psicológico especializado e nada mais justo que os agressores serem obrigados a ressarcir os cofres públicos pelos custos decorrentes do atendimento à vítima de violência doméstica e familiar.

Quanto à constitucionalidade e viabilidade jurídica do presente projeto, o mesmo está em sintonia com o Art. 30, I, da CF/88 que dispõe ser competência do Município legislar sobre assuntos de interesse local.

Em relação à iniciativa parlamentar para a propositura, ressaltamos que a mesma está em sintonia com o entendimento do STF, que fixou a tese de que o parlamentar pode apresentar projetos de lei desde que não interfira no regime jurídico dos servidores

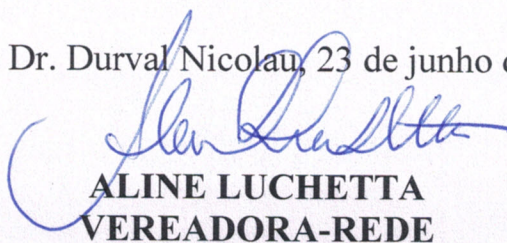
# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

públicos, criação de cargos ou empregos públicos no Executivo, não criem órgãos públicos nem alterem a sua estrutura, ainda que a propositura possa gerar gastos ao Executivo Municipal.

Sendo assim, por entendermos que esse Projeto de Lei é de extrema importância, cotamos com a sua aprovação pelo Plenário desta Casa de Leis.

Atenciosamente

Plenário Dr. Durval Nicolau, 23 de junho de 2021.



**ALINE LUCHETTA**  
**VEREADORA-REDE**

**HELDREIZ MUNIZ**

**Claudinei**